COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 4.585, DE 1990

Dispõe sobre a tramitação de medida provisória e dá outras providências.

Autor: Senado Federal

Relatora: Deputada ZULAIÊ COBRA

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei em epígrafe, apresentado em 1989 pelo então Senador MÁRCIO LACERDA e que vem a esta Casa para revisão, versa sobre a regulamentação das medidas provisórias.

A proposição prevê que a tramitação das medidas se iniciará no Congresso Nacional; conceitua os pressupostos de relevância e urgência; estabelece hipóteses em que é vedada a sua edição; fixa regras de tramitação; determina que o Congresso Nacional rejeitará medida provisória e regulamentará as relações jurídicas decorrentes por meio de decreto legislativo a ser editado no prazo de trinta dias; admite a reapresentação de matéria constante de medida provisória rejeitada na hipótese de novo evento que a justifique.

Ao projeto do Senado foi apensado o PL nº 1.241, de 1988, do Deputado HAROLDO LIMA, prevendo que a matéria constante de medida provisória não convertida em lei no prazo constitucional não será objeto de nova medida provisória na mesma sessão legislativa.

A matéria foi encaminhada a esta Comissão para pronunciamento de sua constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e, ainda, opinar quanto ao mérito.

II - VOTO DO RELATOR

A apresentação do projeto principal em exame (PL do Senado nº 389/89) já no primeiro ano de vigência da nova Constituição, bem demonstra a preocupação do Poder Legislativo sobre a regulamentação das medidas provisórias.

Contudo, em que pesem os louváveis esforços dos ilustres Autores, os dois projetos padecem de vícios insanáveis de constitucionalidade, já que tratam de matéria constitucional por via infraconstitucional. Tanto o projeto principal quanto o apensado restringem a competência legiferante dos Poderes Executivo e Legislativo, competência a ser limitada apenas pela Constituição Federal, como, aliás, cuida a Proposta de Emenda à Constituição nº 472-E/97, em pauta na Ordem do Dia desta Casa.

Ademais, além da matéria de essência constitucional, o projeto de lei principal intenta disciplinar o processo legislativo referente à tramitação das medidas provisórias, matéria regimental, *interna corporis* do Congresso Nacional, e que por isso mesmo refoge ao âmbito normativo da lei ordinária.

Como se vê, as inconstitucionalidades são insuperáveis, não havendo, pois, como a matéria prosperar.

Pelas precedentes razões, manifesto meu voto pela inconstitucionalidade dos Projetos de Lei ns. 4.585, de 1990, e 1.242, de 1998, restando prejudicada a apreciação dos demais aspectos pertinentes a esta Comissão.

Sala da Comissão, em de de 2001.

Deputada ZULAIÊ COBRA Relatora